

Diário Oficial do MUNICIPIO

Prefeitura Municipal de Salgado

Quarta-feira • 4 de Novembro de 2020 • Ano • Nº 907

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Salgado publica:

 DECRETO Nº. 35/2020 DE 23 DE SETEMBRO DE 2020- Regulamenta a Lei Federal nº. 14.017, de 29 de junho de 2020, no âmbito do Poder Executivo Estadual.





Gestor - Duilio Siqueira Ribeiro / Secretário - Governo / Editor - Ass. de Comunicação Avenida João Alves Filho, s/n

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: AEUIHG4LKYEEXFKOQUY1DQ

Decretos



ESTADO DE SEGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO

DECRETO N°. 35/2020 DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

REGULAMENTA a Lei Federal nº. 14.017, de 29 de junho de 2020, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O Prefeito municipal de **SALGADO/SE**, no exercício da competência que lhe confere a Lei Orgânica municipal, **CONSIDERANDO** a necessidade de adequação dos mecanismos internos às normas autoaplicáveis da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº. 6, de 20 de março de 2020. **CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Federal n. 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

DECRETA

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, por meio da **Secretaria Municipal de Cultura** executará diretamente os recursos de que trata a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, mediante programas que contemplem as hipóteses enumeradas no artigo 2º, incisos II e III, bem como das disposições do Decreto Federal n. 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º. O valor disponibilizado pela União ao município de **R\$ 164.173,90** pela Lei Federal nº. 14.017, de 2020, será executado durante o exercício de 2020.

Art. 3º. Sem prejuízo dos demais cadastros previstos no parágrafo 1º do artigo 7º da Lei Federal, o município de **SALGADO/SE**, realizará o cadastro dos beneficiários do inciso





I do artigo 2º da lei federal, devendo encaminhar o referido credenciamento para o governo do Estado.

Art. 4°. Compete ao município de SALGADO/SE, em conjunto com o Estado de Sergipe, elaborarem e publicarem editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2° da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

§1º- Pelo menos 20% (vinte por cento) dos valores previstos e repassados ao município serão destinados às ações emergenciais previstas no caput deste artigo.

Art. 5º. Os recursos a serem utilizados para subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei 14.017/2020 que determina o valor mínimo de R\$ 3.000,00 e máximo de R\$ 10.000,00, será distribuído de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

ESCALONAMENTO DOS RECURSOS			PONTUAÇÃO				
N o	CRITÉRIOS	Pontuaç ão Máxima	01	02	03	04	05
1	TEMPO DE EXISTÊNCIA	05	02 ANOS	03 ANOS	04 ANOS	05 ANOS	ACIMA DE 05 ANOS
2	NÍVEL DE VULNERABILID	05	MUIT O	ALTO	MÉDIO	BAIXO	MUITO BAIXO



	DADE – IDHM		ALTO	0,700 a 0,799	0,600 a	0,500 a	0,000 a
	(MUNICÍPIO)		0,800 a		0,699	0,599	0,499
			1		0,077	0,277	0,155
			NÍVE	NÍVEL II –	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V –
	LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL EM ÁREA DE MAIOR VULNERABILID ADE SOCIAL			NIVEL II –	NIVEL III	NIVELIV	NIVEL V -
		05	L I –		_	_	
				comunidades			comunidade
			centro	urbanas	comunidad	Comunida	S
3			ou	afastadas do	es urbanas	des rurais	tradicionais
3			distrito	centro, da	periféricas		
			sede	sede e das	sem		
			e/ou	áreas nobres	infraestrut		
			áreas		ura		
			nobres				
						ESPAÇO	
4	SITUAÇÃO DO LOCAL DE FUNCIONAMEN TO DO ESPAÇO CULTURAL	05	ESPA ÇO PÚBLI CO	ESPAÇO EMPRESTA DO OU DE USO COMPARTI LHADO	ESPAÇO ITINERA NTE	PRÓPRIO; E ESPAÇO PÚBLICO CEDIDO EM COMODA TO	ESPAÇO ALUGADO E ESPAÇO PRÓPRIO FINANCIA DO
5	ACESSIBILIDAD E DO ESPAÇO CULTURAL	05	01 tipo	02 tipos	03 tipos	04 tipos	Acima de 04
6	ATENDIMENTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS	05	01	02	03	04	Acima de 04





	I KEI EITOKA MONION AL DE SALGADO						
							COOPERA
							TIVAS
							ASSOCIAÇ
							ÃO
	PORTE DE				1 (51/550	COLETIV	PRIVADA
_	FINALIDADE	0.5			MEI/PESS	О	ORGANIZ
7	ECONÔMICA	05	EPP	ME	OA Fígiga	CULTUR	AÇÃO
	DO ESPAÇO				FÍSICA	AL	SOCIAL
	CULTURAL						(OS)
							FUNDAÇÃ
							О
							PRIVADA
8	FUNCIONÁRIOS	05	01	02	03	04	Acima de
0	CONTRATADOS	0.5	01	02	03	04	04
	DESPESA COM						
	ENERGIA,				De	De	
	AGUA,		Até R\$	De R\$	R\$	R\$	
9	ALUGUEL, IPTU	05	1.000,	1.000,01 até	2.000,01 a	3.000,01	Acima de
	E GAS		00	R\$ 2.000,00	R\$	até R\$	R\$ 4.000,00
	ÚLTIMOS 04				3.000,00	4.000,00	
	MESES DE 2019;						
	FATURAMENTO		Até R\$	De R\$	De R\$	De R\$	Acima de
1 0	REFERENTE A	05	12.000	12.000,01 a	20.000,01	40.000,01	R\$
		03			a R\$	a R\$	
	2019;		,00	R\$ 20.000,00	40.000,00	50.000,01	50.000,01
					10.000,00	30.000,01	

PONTUAÇÃO TOTAL	PONTUAÇÃO	VALOR DA SUBVENÇÃO
	De 05 a 20 pontos	R\$ 3.000,00
50	De 21 a 39 pontos	R\$ 6.000,00
	De 40 a 50 pontos	R\$ 10.000,00



- §1º. O subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social poderá ser executado tanto para atividades interrompidas total ou parcialmente.
- §2º. O benefício de que trata o **caput** deste artigo somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro referido no § 1º deste artigo ou seja responsável por mais de um espaço cultural.
- **Art.** 6°. Para recebimento do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2° da Lei 14.017/2020, o espaço cultural deverá apresentar plano de trabalho, com orçamentos comprovativos de valor e documentação referente ao espaço.
- §1º. A Secretaria Municipal de Cultura divulgará, em seu site oficial, a listagem de beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei, bem como o status da sua prestação de contas.
- **§2º**. As entidades de que trata o artigo 5.º deste Decreto, deverão apresentar auto declaração, da qual constarão informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas acompanhados da sua homologação, quando for o caso.
- **Art.7º**. O beneficiário do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao ente federativo responsável, conforme o caso, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio mensal.



- §1º- A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.
- §2º- Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas com:
- I internet;
- II transporte;
- III aluguel;
- IV telefone;
- V consumo de água e luz; e
- VI outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário, assim entendidas as seguintes despesas:
- a) Folha de pessoal, a partir de março de 2020;
- b) Aquisição de equipamentos para transmissão de atividades culturais pela internet
- c) Aquisição de materiais e/ou equipamentos para manter as atividades culturais;
- d) Tributos, encargos sociais devidos a partir de março de 2020;
- e) Material de consumo necessário para o funcionamento (água, papel, material de expediente, descartáveis);
- f) locação, taxa de condomínio desde que devidas a partir de março de 2020;
- g) com manutenção de bens móveis destinados a manutenção dos espaços culturais;
- h) com serviços de manutenção das atividades culturais (dedetização, vigilância);
- Art. 8.º. A prestação de contas será constituída pelos seguintes documentos:
- I cópia dos Planos de Trabalho e de Aplicação dos recursos;
- II demonstrativo da execução da Receita e Despesa;
- III- relação dos documentos comprobatórios das despesas executada, inclusive notas fiscais;



- IV documentos comprobatórios de todas as despesas executadas;
- V extratos originais de toda a movimentação financeira dos recursos repassados
- VI originais dos contratos firmados com terceiros.
- **Art. 8º-** A **Secretaria Municipal de Cultura** realizará a verificação de elegibilidade dos beneficiários do incisos II do Art. 2º, da Lei Federal nº 14.017/2020, por meio de consulta de dados, no âmbito estadual ao sistema da Prodam e, no âmbito federal ao sistema da Data Prev, disponibilizado pelo Ministério do Turismo.
- Art. 9º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Salgado/SE, 23 de setembro de 2020.

Duilio Siqueira Ribeiro Prefeito de Salgado